

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO
REQUERIMENTO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA Nº DE 2015
(do Sr. Rogério Marinho e outros)

Requer que seja realizada Reunião de Audiência Pública com a presença do senhor Cid Gomes - Ministro de Estado da Educação, do senhor Antonio Idilvan de Lima Alencar - Presidente do FNDE e do Senhor Altamiro Galindo - Presidente da Associação Nacional das Escolas Particulares (ANUP) para discutir sobre o funcionamento dos programas de acesso à educação superior privada no País: FIES e PROUNI, em 2015.

Senhor Presidente,

Requeiro a V. Ex^a, com fundamento no Art. 255 do RICD, que, ouvido o Plenário, se digne a adotar as providências necessárias à realização de Reunião de Audiência Pública para discussão do funcionamento dos programas de acesso à educação superior privada no País: o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) e Programa Universidade para Todos (Prouni).

O Ministério da Educação modificou por portarias a forma de funcionamento do FIES para as novas inscrições no programa em 2015, foram apresentados problemas de acesso ao sistema de inscrição, problemas de renovação dos contratos existentes por parte dos alunos e instituições e mudanças nos repasses para as instituições de ensino, bem como, os planos do Ministério para aumentar o percentual de acesso ao ensino superior. Ainda, mudanças no funcionamento do Prouni relativas às instituições de ensino privada, estão comprometendo o planejamento educacional das instituições.

Para tanto, convidamos para o debate os Senhores:

1. Cid Gomes – Ministro da Educação (MEC);
2. Antonio Idilvan de Lima Alencar – Presidente do FNDE;

3. Altamiro Galindo – Presidente da ANUP

Justificação

Recentemente o Governo Federal alterou as normas para inscrição de novos estudantes no programa de Financiamento Estudantil – FIES, causando forte impacto entre aqueles que buscam a qualificação superior, causando comoção na opinião pública e nos meios de comunicação, além de contrastar com o lema “pátria educadora” da Presidente Dilma.

Faz-se necessário que os responsáveis pela condução e administração do programa expliquem os motivos que levaram a essa alteração, bem como, quais os critérios que foram observados na definição das notas mínimas de acesso. No mesmo sentido, é preciso dar conhecimento pleno a esta Comissão a respeito dos planos do governo para incrementar o acesso ao ensino superior, visto que, patinamos em baixos patamares de participação nessa modalidade de ensino.

É sempre importante lembrar que a Meta 12 do Plano Nacional da Educação prevê a elevação da taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% (cinquenta por cento) e a taxa líquida para 33% (trinta e três por cento) da população de 18 (dezoito) a 24 (vinte e quatro) anos, portanto, o fortalecimento dos meios de acesso ao ensino superior não são apenas necessários, mas, vitais. O que se observa é uma deliberada ausência de gestão técnica e política para atingir a meta do PNE.

As reclamações da população acerca do sistema de inscrição do FIES fazem com que seja de responsabilidade dessa Comissão intervir e trabalhar para que o acesso seja feito de forma célere e eficaz, evitando atrasos e desinteligências desnecessárias.

Por fim, as notícias veiculadas na mídia nacional que versam sobre o atraso nos repasses dos recursos do financiamento para as instituições de ensino, bem como mudanças no repasse do Prouni, devem ser explicadas e esclarecidas, em especial se estão relacionadas com os cortes ao orçamento do Ministério da Educação anunciados pela Presidente Dilma.

Sala das Comissões, em de março de 2015.

Deputado Rogério Marinho
PSDB – RN

Deputada Mariana Carvalho
PSDB – RO

Deputado Nilson Pinto
PSDB – PA

Deputado Max Filho
PSDB – ES

Deputado Caio Narcio
PSDB – MG

Deputado Betinho Gomes
PSDB – PE

Deputado Giuseppe Vecchi
PSDB – GO

Deputado Bonifácio de Andrada
PSDB – MG

Deputado Izalci
PSDB – DF

Deputado Geovania de Sá
PSDB – SC

Deputado Lobbe Neto
PSDB – SP

Deputada Shéridan
PSDB - RR